

Prefácio

JOÃO FERREIRA - A União Europeia não é a Europa, Lisboa, Edições Avante, 2019.

Começo por dizer que me sinto honrado pelo facto de me ter sido confiada a tarefa de fazer um prefácio para este livro.

E acrescento que me deu um grande prazer a leitura dele. É um livro muito bem organizado, com um conjunto de textos excelentes, escrito numa linguagem rigorosa a que não falta elegância literária e que denota uma qualidade rara: a grande capacidade de síntese, abrangendo tudo o que é essencial e esquecendo o que é secundário. Uma linguagem que exhibe uma qualidade que considero essencial para se poder falar de um bom livro, sobretudo quando se trata de um livro com os objetivos pedagógicos deste: a clareza do texto, que, em regra, traduz clareza das ideias, ao mesmo tempo que acrescenta ainda maior clareza às ideias expostas.

Já conhecia uma grande parte dos textos aqui reunidos. Mas a sua leitura, agora, em conjunto, permitiu-me apreciar mais cada um deles e apreender melhor o fio condutor de todos eles.

Os textos reunidos no presente livro de João Ferreira mostram à evidência o modo exemplar como este deputado ao Parlamento Europeu cumpriu os seus mandatos. Eles são a prova de que o seu autor estudou os dossiês mais importantes dos temas que passam pelo PE. No livro encontramos uma informação criteriosa e rica sobre estes temas, mas encontramos, sobretudo, a reflexão crítica que sobre eles fez o deputado João Ferreira.

Este trabalho de análise crítica é um trabalho de grande qualidade, muito seguro e muito esclarecedor. João Ferreira tem o mérito inestimável de transmitir ao coletivo dos militantes do seu Partido e a todos os portugueses que acompanharam este trabalho, feito ao longo de dez anos, o saber que foi acumulando à custa, sem dúvida, de muito trabalho. Mas temos de agradecer-lhe

também o ter querido partilhar com os seus leitores (os de agora e os que o foram acompanhando ao longo destes dez anos) a sua capacidade analítica, e o rigor do substrato teórico que subjaz à sua análise. Tudo em conformidade com o que já sabemos: não há ação revolucionária sem uma teoria revolucionária.

Um outro aspeto que me impressionou muito positivamente ao ler estes textos foi a linguagem serena utilizada pelo João Ferreira. Seguro da sua razão, sabe que é o facto de estar do lado certo da História que dá força aos seus argumentos. Por isso sabe que não precisa de ‘falar’ alto e muito menos de ser grosseiro para ser vigoroso na sua crítica ao pensamento único e aos dogmas do «culto europeísta».

Este livro de João Ferreira aborda os mais importantes problemas ligados à integração europeia: a PAC, a política de pescas, a associação UE/NATO, os fundos estruturais (fundos de magra compensação pelos danos provocados pela adesão à ‘Europa’ e ao euro), o federalismo congénito do projeto europeu, o Tratado de Maastricht (a perda da soberania monetária, cambial e orçamental), o Pacto de Estabilidade e Crescimento (que se revelou como um pacto de instabilidade e de estagnação), a idílica coesão económica e social, o Tratado Orçamental, o semestre europeu e as regras sobre a governação económica, a União Bancária, as questões do ambiente, o Brexit, as políticas de imigração, o famoso mecanismo de resolução de bancos (o tal que livraria os contribuintes de pagar os buracos resultantes dos jogos de casino da banca), o Acordo de Livre Comércio com o Japão, a chamada política externa da UE (o seguidismo relativamente às políticas imperialistas dos EUA, quase sempre à margem da ONU e do Direito Internacional – casos do Iraque, da Líbia, da Síria, da Palestina, da Venezuela).

A todos os interessados, posso dizer que este livro é uma boa introdução aos problemas da ‘Europa’ e da integração europeia, ministrado por um ‘professor’ estudioso, competente, com grandes capacidades pedagógicas e comprometido com a cidadania e com os valores da democracia. Vale a pena lê-lo.

A primeira aula está logo no título do livro: A União Europeia não é a Europa. É assim mesmo: há mais Europa para além da

UE; a Europa dos povos não se reduz a esta Europa do capital, construída sem os povos e contra os povos.

Aqui há uns anos, o dirigente socialista francês Dominique Strauss Kahn (que teria sido candidato a Presidente da República proposto pelo PSF se não fosse uma questão de saias...) disse isto mesmo de forma patética: «fizemos a Europa; agora só falta fazer os europeus». É uma afirmação monstruosamente ridícula, mas ilustra bem o que pensam da 'Europa' e dos europeus todos os responsáveis pela 'Europa' que nos impuseram, a Europa do euro, a Europa alemã, a Europa neoliberal, a Europa da austeridade, a Europa do capital financeiro, a Europa dos credores, a 'Europa' que impõe aos países mais débeis um verdadeiro estatuto colonial, a 'Europa' no seio da qual (cito Joshcka Fisher, dirigente dos Verdes alemães e Ministro dos Negócios Estrangeiros de um Governo liderado pelo SPD) «ninguém pode fazer política contra os mercados», talvez porque os mercados são, para os europeístas militantes, a constituição das constituições.

Nos últimos tempos, o PS e o Primeiro-Ministro esforçam-se por fazer passar a mensagem de que este PS vai reformar o euro e a 'Europa'. Já sabemos que não vão reformar nada. Nem querem reformar nada.

Porque sabem muito bem o que escolheram quando aprovaram o Tratado de Maastricht, não ignorando que ele significava «uma regressão política sem precedente histórico» (cito Jean-Pierre Chevènement, destacado dirigente do Partido Socialista francês, várias vezes ministro de governos socialistas). Os socialistas europeus sabiam muito bem que este tratado «atacava o modelo social europeu e não dava margem para os partidos socialistas ou social-democratas prosseguirem políticas informadas pelos valores que tradicionalmente defendiam». A sua aprovação constituiu um «desvio para a direita por parte do socialismo europeu», que tem de assumir por inteiro «a culpa de o tratado ter sido aprovado» (estou a citar o Prof. João Ferreira do Amaral).

Depois disso, aprovaram, em «plena paz de consciência» (como disse na altura o secretário-geral do PS), o Tratado Orçamental. E sabiam muito bem que ele visava transformar em normas jurídicas de tipo constitucional os pontos de vista doutrinários das

políticas neoliberais (as políticas impostas pelo grande capital financeiro) e visava impedir que as políticas mudassem quaisquer que fossem os resultados eleitorais nos estados-membros da UE. O império das regras sobrepõe-se às regras da democracia.

Quem se gaba de ser não apenas um bom aluno da Europa, mas «o melhor aluno da Europa» (disse-o há pouco o Ministro das Finanças numa sessão de propaganda eleitoral do PS) não pode invocar que desconhece o que acabo de dizer. O melhor aluno já recebeu o prémio dos ‘professores’ de Bruxelas, que colocaram o Ministro das Finanças português a presidir ao Eurogrupo. O Primeiro-Ministro invoca frequentemente este facto como um sinal da excelência das suas políticas. Ele sabe que, se continuar a ser bom aluno, irá certamente receber prémios ainda mais apetecíveis. E, para o melhor aluno, poderá haver mesmo um prémio especial.

O filósofo liberal alemão Jürgen Habermas defendeu que o Tratado Orçamental «tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal» e veio «corroer qualquer credibilidade democrática» do processo de integração europeia. Em 2015, um grupo de economistas e universitários de todo o mundo (entre os quais James Galbraith, Stephany Griffith Jones e Jacques Sapir), veio sustentar que as políticas prosseguidas pela Europa do euro «significam, aos olhos de todos, um fracasso moral, político e económico do projeto europeu.» Até Felipe González, perante as mesmas regras alemãs do Tratado Orçamental, entende que «os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa.»

Creio que não há grande coisa a salvar desta Europa do euro, esta ‘Europa’ comandada por poderes estranhos, esta ‘Europa’ comandada pelos mercados financeiros, esta ‘Europa’ que o sociólogo alemão Wolfgang Streeck caracteriza como uma «catástrofe política e económica», uma ‘Europa’ que «viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver.» Uma ‘Europa’ que impõe políticas de austeridade que «pecam contra a dignidade dos povos» (Jean-Claude Juncker), políticas que (cito o Prémio Nobel americano Paul Krugman) «exigem sacrifícios humanos em honra de deuses invisíveis.»

António Costa não parece muito perturbado com estes diagnósticos sobre a doença estrutural que afeta a sua 'Europa'. Há tempos, num congresso partidário em Itália, o secretário-geral do PS não hesitou em defender que Bruxelas não era igual a austeridade. Parece que deu a 'doença' como curada. Mas então tem de explicar em nome de que interesses os trabalhadores do Estado não são aumentados há dez anos! O investimento público tem sido sacrificado às metas do défice. Os serviços públicos (a educação, a saúde, a justiça, os transportes, os correios) atravessam uma crise profunda, por falta de investimento. A legislação laboral dos tempos das troikas (a troika do FMI/BCE/Mecanismo Europeu de Estabilidade e a troika PS/PSD/CDS) continua a não ser revista como a ética política exige, porque o PS não quer.

O PS e António Costa mantêm-se fiéis aos seus pergaminhos de partido mais europeísta de Portugal (e talvez do mundo, não têm que ser modestos...) e não renegam a sua fé no «culto europeísta» (a primeira religião secular do mundo, como alguém lhe chamou). Por isso o Primeiro-Ministro português continua a apostar tudo na defesa do euro, porque acredita que defender o euro é defender a Europa.

É outra a lição que colhemos da leitura deste livro de João Ferreira. Perante uma 'Europa' caracterizada pela «assimetria entre poder e legitimidade» («um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam», cito Ulrich Beck), só uma atitude parece legítima: estar do lado daqueles que protestam, contra o capital e contra esta 'Europa' ao serviço dos poderes estranhos dos mercados financeiros. Esta 'Europa' não merece ser salva. Temos de livrar-nos dela.

Coimbra, março de 2019

António Avelãs Nunes

(Prof. Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra)